



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas Sociais.

**Indígenas Pankararu: os desafios da vida e trabalho fora da
aldeia**

Elizângela Cardoso de Araújo Silva¹
Etnia PANKARARU, Pernambuco, Brasil.
Codjo Olivier Sossa²
Etnia ADJA, Benin, África.

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise da experiência de indígenas que saíram da aldeia para viver na margem do rio São Francisco. As reflexões apresentadas fazem parte da interlocução de dois projetos de doutorado (em Serviço Social e em Estatística, UFPE) sobre populações indígenas e quilombolas no Nordeste do Brasil. Este trabalho analisa o deslocamento e o reagrupamento do povo Pankararu. Parte da realidade dos impactos da construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica. A metodologia envolve os relatos da história de vida de uma autora do artigo, indígena Pankararu, membro de uma das famílias indígenas atingidas pela Usina.

Palavras-chave: Indígenas; Trabalho; Saída da aldeia; Ribeirinhos.

Abstract: This work presents an analysis of the experience of indigenous people who left the village to live on the banks of the São Francisco River. The reflections presented are part of the interlocution of two doctoral projects (in Social Service and Statistics, UFPE) on indigenous populations and quilombolas in Northeast Brazil. This paper analyzes the displacement and regrouping of the Pankararu people. Part of the reality of the impacts of the construction of the Dam and the Itaparica Hydroelectric Power Plant. The methodology involves the reports of the life story of an author of the article, indigenous Pankararu, member of one of the indigenous families affected by the Plant.

Keywords: Indigenous; Job; Departure from the village; Ribeirinhos

¹ Indígena etnia PANKARARU da Aldeia Bem Querer de Cima, Sertão de Pernambuco. Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. E-mail: elicardosoaraujo17@gmail.com.

² Beninense da etnia ADJA, Estatístico, Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Doutorando em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. E-mail: oliviersossa@gmail.com.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1 INTRODUÇÃO

A realidade do povo Pankararu nos últimos 30 anos passa por amplas transformações no modo de vida e de trabalho dos indígenas que vivem nas aldeias e nas cidades de Jatobá, Tacaratu e Petrolândia, região sertão de Pernambuco.

O principal acontecimento impulsionador dessas transformações foi a remoção compulsória do município de Petrolândia/PE de mais de 20 mil ribeirinhas do rio São Francisco (indígenas e não indígenas) por conta da construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica, concluída em 1988.

Esses acontecimentos impulsionaram novos processos de deslocamento e reagrupamento do povo Pankararu/PE no sertão de Pernambuco, transitando da condição de ribeirinhos (moradores da margem do rio) para moradores em territórios indígenas da região de serra; da condição de moradores de serra para moradores da margem do rio.

Os processos de deslocamento e reagrupamento do povo Pankararu/PE são historicamente marcados pela peculiaridade dos conflitos e interferências da ação colonizadora das formas de povoamento indígena no sertão do estado de Pernambuco. Ocorreram movimentos migratórios determinados pelas condições climáticas próprias da região do semiárido; pela construção de grandes empreendimentos que visavam o “progresso” na região. Esses acontecimentos levaram os povos indígenas à ocupação da região ribeirinha do rio São Francisco pela necessidade do acesso à água e melhores condições de trabalho.

Este trabalho analisa as principais características do deslocamento e o reagrupamento do povo Pankararu na segunda década do século XXI. Tem como referência, os impactos da construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica.

A sismática de relatos do cotidiano, da história de vida de uma autoria do artigo (indígena da aldeia Bem Querer de Cima - TI Pankararu), é membro de uma das famílias indígenas atingidas pela Usina. Essa condição faz parte dos elementos da metodologia deste trabalho. A construção deste texto resulta da interlocução de dois autores: um estatístico beninense, Africano e uma assistente social, indígena Latino Americana, ambos pesquisadores da questão étnico racial no Nordeste do Brasil. Resulta das aproximações e sistematizações da experiência e de informações e dados estatísticos sobre as condições de populações negras e indígenas na formação social do Nordeste.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

2 INDÍGENAS NO NORDESTE E OS DESLOCAMENTOS

As populações indígenas brasileiras passam por múltiplos processos de deslocamento e reagrupamento. São movimentos históricos que ocorrem de forma espontânea ou como resultantes de violência diretamente associada às situações de rompimento forçado entre indígenas e a terra. Deslocar-se neste trabalho refere-se à ação de sair de um território de origem para viver e trabalhar em outro. Podem ocorrer várias idas e voltas, dependendo das condições de sobrevivência disponíveis em cada lugar.

De forma geral, podemos afirmar que no contexto contemporâneo, os deslocamentos compõem um fenômeno caracterizado por migrações, movimentos populacionais entre regiões e tem como uma das principais motivações, a busca por melhores condições de sobrevivência. No caso de movimento coletivo dos povos indígenas, podemos destacar duas modalidades de deslocamento do tipo compulsório, o seja, aquele de natureza forçada:

- Deslocamento compulsório por razões de mudanças climáticas, ou mudanças ambientais consequentes ou não, da ação humana que impossibilitam a continuidade da vida indígena nas aldeias ou comunidade indígenas (no campo, na floresta). Situações que envolvem períodos de longa estiagem (ex.: escassez de recursos naturais) desastres naturais (ex.: enchentes);
- Deslocamentos resultantes da construção de grandes empreendimentos como parte da exploração predatória dos recursos naturais, pela expansão do latifúndio, e/ou do agro-hidronegócio. Empreendimentos de iniciativa privada ou da parceira entre o poder público e privado, como é o caso da exploração de minérios, criação extensiva de gado, monocultura e construção de hidrelétricas.

Na realidade dos povos indígenas do Nordeste Brasileiro³ existem diversos movimentos de deslocamento, individuais e coletivos que implicam em novas formas de reagrupamento.

³ No Brasil existem 896,9 mil indígenas com maior concentração na área rural e na região Norte do país (63,8 % vivem na área rural e 57,5 %, moram em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas). No Nordeste são 208.691 índios segundo dados do IBGE (2010). Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#>. No estado de Pernambuco existem 11 povos indígenas: Atikum (população: 7.929, Siasi/Sesai 2014); Kambiwá (população: 3.105, Siasi/Sesai 2014); Kapinawa (pop. 2.065, Siasi/Sesai 2014); Pankaiucá (pop. 150, UFPE/NEPE 2011), Pankará (pop. 2.836, Siasi/Sesai 2014) Pipipã (p. 1.391, Siasi/Sesai 2014), Truká (2.981, Siasi/Sesai 2014), Tuxá (pop. 1.703, Siasi/Sesai 2014), Potiguara (PE, PB, CE, RN, população 18.445, Siasi/Sesai 2014) Xukuru (pop. 2.720, Siasi/Sesai 2013) e Pankararu (MG, PE, SP, população 8.184, Siasi/Sesai 2014) (Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>). O povo



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Sobre deslocamentos coletivos (muito comuns entre indígenas) podemos destacar os desaldeamentos na direção de novos agrupamentos na área urbana ou novos aldeamentos em novas áreas rurais (é comum o deslocamento em grupos, com conexão de laços de parentesco). Pode ocorrer a dispersão de indígenas em espaços urbanos por conta das diferentes ofertas/oportunidades de empregos em diferentes regiões.

2.1 Povo Indígena Pankararu: a saída das aldeias no pé da serra para viver na margem do rio

O Brasil é um país pluriétnico. De acordo com dados do IBGE de 2010, existem no país 896,9 mil indígenas distribuídos em de 305 etnias e falantes de 274 línguas. Desses, 378.534 são indígenas que residem fora das Terras Indígenas: são 298.871 vivendo em áreas urbanas e 80.663 em áreas rurais. Neste mesmo Censo foram identificados 8.184 indígenas da etnia Pankararu. Sua maior parte populacional (mais de 6.000) está distribuída em 15 aldeias da Terra Indígena Pankararu (TI - comunidades indígenas) no município de Jatobá⁴; em assentamentos rurais e na zona urbana de três municípios do sertão Pernambucano: Jatobá, Petrolândia e Tacaratu. Mais 1500 indígenas da etnia vivem juntos em um “aldeamento urbano” na cidade de São Paulo. A situação Fundiária do povo Pankararu foi Homologada/Registrada pelo Decreto 94.603 de 14/07/1987. Sua extensão é de 8.100 hectares do Território Pankararu (homologada em 1987) e 7.750 hectares na região “Entre Serras” (homologada em 2007). (FUNAI, 2015).

Considerando a problemática fundiária própria da realidade brasileira, marcada por profunda desigualdade no acesso e posse de terra, a aldeia assume essa função histórica contraditória na vida dos povos indígenas brasileiros. Ela significa: segurança, possibilidade da vida coletiva, de trabalho, de sociabilidade nos rituais dos grandes terreiros sagrados (principais momentos de socialização e conexão para o povo), a proteção solidária da rede de parentesco para o trabalho, a criação dos filhos, de idosos.

Pankararu foi o primeiro a recuperar o reconhecimento oficial de existência pelo Estado Brasileiro no Nordeste na década de 1930 e o primeiro a ter a terra demarcada e homologada em 1987.

⁴ Em 1995, o distrito Jatobá é emancipado da cidade de Petrolândia, tornando-se município. Jatobá tem uma população de mais de 14 mil habitantes.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Por se tratar de uma região com situação muito escassez de água, a produção de alimentos estava submetida às condições climáticas favoráveis ao plantio de grãos, frutas, tubérculos. Ou seja, os bons períodos de chuva, possibilitavam indígenas da região a plantar: milho, macaxeira, batatas, jerimuns, abóboras, mandioca, feijão que são base da alimentação indígena Pankararu: as farinhas, o cuscuz, goma para tapiocas, beijus.

Também faz parte do trabalho indígena colher frutas como: manga, caju, goiaba, pinha, umbu, murici, acerola e garantir o alimento básico para sua reprodução, além de contar com a criação de animais domésticos como galinha, porcos, cabras e patos.

Até o final da década de 1990 ainda era possível realizar a caça de muitos animais nas serras da Terra Indígena Pankararu, como: pássaros, tiús, preás, tatus, pebas entre outros que também complementavam a alimentação indígena.

As diversas formas de trabalho nas aldeias envolvem o cuidado dos roçados em família, onde se planta, cultiva e colhe. Em algumas situações, comercializar parte da produção para conseguir comprar outros bens necessários, como vestuários e outros produtos industrializados não produzidos nas aldeias.

Colher folhas de pé de Ouricuri na Serra Grande para produzir chapéus e bolsas de palha; colher castanha de caju, assar e descascar para vender na feira; colher feijão verde, coentro, frutas da época; plantio e colheita da mandioca como umas das mais importantes atividades que permitiam fazer farinha e tirar goma de tapioca, preparar o beju; preparar panelas e pratos de barro; são as principais atividades laborais entre tantas outras, que caracterizam as formas tradicionais de vida e trabalho do povo indígena Pankarau.

No caso específico das condições das aldeias Pankararu, os períodos de seca, fases de desgaste do solo e a falta de água ou sua má qualidade, são situações que comprometem a própria reprodução da vida indígena. Em períodos de longa estiagem, as fontes de água ficam comprometidas e, além de distantes, muitas são de água salobra.

Até os anos 2000, ainda não existiam sistemas de distribuição e tratamento de água nas aldeias (situação vigente em algumas aldeias que ainda dependem de “carro-pipa” para ter acesso à água do rio)⁵. A energia elétrica chegou ao final da década de 1980.

Durante a seca, as condições de sobrevivência nas aldeias tornam-se dramáticas. A terra seca não dá possibilidades de plantio nem de comercialização de produtos como feijão, milho, mandioca, frutas... Por essa razão, indígenas saem das aldeias para viver nas

⁵ A construção de cisternas e abastecimento por encanamento da água nos últimos 10 anos amenizou essa situação.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

proximidades da margem do rio. O deslocamento para as margens do rio, além de suprir as necessidades básicas da vida humana, permite a prática da pesca e do plantio de frutas e verduras.

O rio São Francisco tem um significado muito importante para a reprodução social das populações indígenas aldeadas daquela região, é uma alternativa nos momentos de grande estiagem para as famílias que vivem nas aldeias.

Em função das precárias condições de vida nas aldeias (enquanto pequenas comunidades rurais na região do sertão), muitas famílias migram de aldeia para aldeia ou saem para as cidades vizinhas (e para as grandes cidades) para desenvolver outras atividades laborais, entrando, por vezes, em redes de assalariamento.

Muitos Pankararu também passam a trabalhar em fazendas da região como caseiros e/ou faqueiros, trabalhando com criações de gados ou caprinos de fazendeiros. Na lida com esse tipo de trabalho, é comum ter uma pequena casa para morar, trabalhar de meeiro no uso de parte da terra para plantio de grãos ou hortaliças para consumo familiar. Quando residem em fazenda de gado, as mulheres componentes da família cuidam do trato com o leite de vaca ou de cabra, pequena parcela “disponibilizada” pelo dono da fazenda para a fabricação artesanal de manteiga, coalhada e outros alimentos para consumo próprio da família.

A vida de caseiro também é comum nas fazendas hortifrutigranjeiras da região da margem do rio. Famílias mais ricas da região possuem casas que usam apenas para descanso nos finais de semanas ou possuem lotes onde são cultivados: banana, tomate, cebola, coco (etc.) para comércio local e moram no centro da cidade (ocorre que tenham algum gado ou caprinos para fornecimento de carne e de leite que requer o cuidado de um vaqueiro)⁶.

Esse tipo de trabalho (caseiro/vaqueiro) sempre foi uma alternativa para homens do povo Pankararu, que saem das aldeias com toda família para casas na margem do rio, em pequenas ou grandes fazendas, o que gera um isolamento étnico em territórios distantes das aldeias⁷.

⁶ Fernandes (2008, p. 144) descreve bem as relações, condições e funções do trabalho de vaqueiros sertanejos em fazendas, sem direitos sociais e trabalhistas, trabalhavam por contratos feitos verbalmente e com certa fidelidade entre as partes.

⁷ Sobre características de isolamentos de grupos familiares com certa vida “nômades” nos sertões das regiões Norte e Nordeste, conferir Fernandes (2008, p. 147-148) “[...] movimentos migratórios constantes, que refletem a verdadeira “caçada de matas” [...] reforçam certas tendências de isolamentos dos grupos familiares – que formam unidades economicamente autossuficientes.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Entre o final da década de 1970 até final de 1980, indígenas do povo Pankararu, bem como, lavradores que viviam na margem do rio São Francisco passaram por processos intensos de deslocamento. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (atualmente, denominada Usina Luiz Gonzaga - concluída em 1988) desalojou um imenso grupo de famílias⁸ índios e não índios, especialmente as populações da região da cidade de Petrolândia.

No caso Pankararu, a construção da Barragem e da Usina interferiu nas formas de acesso e usufruto dos recursos naturais como a água e toda riqueza do rio. Importante destacar que após a construção da barragem e a criação do grande lago, nasce também um novo sistema de acesso ao rio, uma nova legalidade.

Esses acontecimentos impulsionaram, especialmente a partir da década de 1990, novos processos de deslocamento e reagrupamento⁹ de famílias indígenas na região. Este trabalho tem como ênfase, a análise da trajetória de 30 famílias Pankararu que moravam na margem do rio no período da remoção compulsória para a construção da barragem. Famílias que no final da década de 1970, saíram das aldeias do pé da serra em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Sobre os impactos da Hidrelétrica, considera-se que a ampla oferta de emprego e as remoções populacionais intensificaram os deslocamentos de famílias indígenas Pankararu na região para trabalhar nas obras da hidrelétrica. Famílias Pankararu passam a morar na Velha Petrolândia (na margem do rio) e outras permanecem morando nas aldeias, saindo apenas para trabalhar na cidade (final da década de 1970 e durante a década de 1990).

Após o esgotamento dos empregos relacionados à construção da hidrelétrica (início dos anos 2000), ocorre um movimento de retorno de famílias indígenas Pankararu de Petrolândia velha para as aldeias. As motivações desse retorno resultam, entre outros determinantes, da oferta de novos serviços públicos como: a chegada da energia elétrica, ampliação de serviços básicos de saúde e educação, transporte para acesso ao ensino escolar na cidade (apenas o ensino básico era ofertado dentro das aldeias); e a

⁸ Atingiu cerca de 10.400 famílias, das quais mais de 6.000 moradoras nas áreas rurais. Na cidade de Petrolândia, o número de habitantes foi de 23.728 pessoas, 9.818 na zona urbana e 13.910 na zona rural (Chesf, 1984, p.8).

⁹ O termo "reagrupamento" será utilizado para se referir aos processos de saída de famílias Pankararu das aldeias e fixação em grupo em outros territórios. É comum, após famílias indígenas saírem das aldeias, buscarem fixar junto aos parentes em novos territórios. Arruti descreve as razões das "viagens de fugas" de indígenas chamando-as de "[...] migrações de grupos familiares em função das perseguições, dos faccionalismos, das secas ou da escassez das terras de trabalho. Migrações por tempo indeterminado, mas muitas vezes reversíveis, pequenas diásporas, se atribuímos ao termo também um sentido econômico, além do político e religioso" (ARRUTI, 1999, p. 10).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

homologação da Terra Indígena Pankararu. Tratava-se de respostas da política indigenista¹⁰ às demandas pautadas e reivindicadas pelo movimento indígena durante a década de 1980.

Essas famílias saíram das aldeias e construíram ranchos e casas de taipa na margem do rio de São Francisco, região norte do município de Petrolândia. Os homens e mulheres indígenas, além de trabalhar como empregados agrícolas temporários, também trabalhavam com o plantio de grãos e hortaliças para consumo próprio. Usufruíam da água do rio para banho, serviços domésticos, e para a mais importante serventia: a pesca de peixes como tilápias, surubins (hoje, extintos) e corvinas, entre tantos outros peixes que nos alimentavam. Nos banhos de rio, a fileira grande de mulheres e crianças espalhadas nas pedras das margens nos dias da lavagem de roupas com as mãos.

Bem mais que necessidade de limpeza das roupas, também era o momento de lazer e lavagem das almas e passavam o dia brincando, cozinhando e trabalhando. No processo de remoção dos atingidos da cidade, muitas famílias indígenas se deslocaram para o território da construção da nova cidade, motivados pela grande oferta de oportunidades de empregos e atividades remuneradas na construção civil.

Os homens das famílias participaram da construção das primeiras casas da cidade, onde passamos a morar a partir de 1987, localizadas na entrada da nova Petrolândia (onde ainda residem tias e minha avó paterna).

Em termos de impactos imediatos, naquele período ocorre um espalhamento do grupo de indígenas que vivia na ala norte do município de Petrolândia. Além da saída de indígenas das aldeias em busca de trabalho, uns passam a trabalhar como operários das obras da barragem, outros, operários da construção da nova cidade, outros, retornam para as aldeias. Mulheres indígenas (adolescentes de 13 e 14 anos e adultas) passam a trabalhar como domésticas em casas de famílias dos trabalhadores (em geral famílias dos técnicos) novos moradores do Acampamento Chesf Itaparica.

Na nova cidade, construíram suas próprias moradias com os recursos recebidos pelos novos empregos. A construção da barragem e da hidrelétrica promoveram impactos imediatos de curto prazo (a remoção compulsória de milhares de famílias, mudanças drásticas no modo de vida e de trabalho dos atingidos, etc.), e impactos de médio e longo

¹⁰ Entende-se por Política Indigenista, as diretrizes e ações do estado Brasileiro voltadas aos povos indígenas no território nacional. É indigenista porque não tem origem, natureza nem direção indígena. A história da Política Indigenista passa por diferentes fases e assume, diferentes faces política e ideológica, passando da visão conservadora integracionista (e assimilacionista) para a postura renovada, em defesa da autodeterminação dos povos indígenas e garantias dos direitos originários e afirmados na Constituição Federal de 1988. Essa questão será aprofundada no processo de análise e construção do objeto de estudo desta pesquisa.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

prazo (mudanças na economia local, reconfiguração de redes de assalariamento no comércio e na agricultura, transformações culturais.).

Esses processos levaram à ampliação da presença de indígenas na reconfiguração de redes de assalariamento no comércio e na agricultura local. Embora muitos indígenas passem a viver nos centros das cidades, essas famílias permanecem com o vínculo étnico com as aldeias, tanto pelo constato permanente com a rede de parentesco, como pela participação ativas nos rituais das aldeias da Terra Indígena Pankararu.

A construção da hidrelétrica promoveu muitos impactos: mudanças na economia local, reconfiguração de redes de assalariamento no comércio e na agricultura, transformações culturais.

3 A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM E DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA E AS MUDANÇAS NA VIDA DO POVO PANKARARU

Para entender a relação entre política energética e as transformações na vida e no trabalho do povo indígena no Brasil, é imprescindível o entendimento do sentido histórico das hidrelétricas e suas contradições para o desenvolvimento social e econômico do país.

No momento, será apresentada uma abordagem da particularidade da construção das hidrelétricas do complexo de usinas no semiárido da divisão Alagoas, Pernambuco e Bahia – realidade onde estão localizadas as famílias indígenas do estudo.

É na década de 1950 que há a ampliação da construção de hidrelétricas no país. As transformações econômicas da realidade brasileira, atreladas diretamente ao avanço da industrialização, demandaram mudanças na base estrutural da economia.

A produção de energia elétrica é elemento essencial para a produção industrial no Brasil e no Nordeste em particular. Por esse motivo, passa a fazer parte dos projetos da política desenvolvimentista que levou o Estado, em diferentes fases durante o século XX, a participar diretamente na construção de condições materiais para a garantia do desenvolvimento econômico. Trata-se da histórica visão dualista sobre a realidade



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

brasileira, a busca pela superação da condição de atraso através do incentivo para os avanços das forças produtivas por meio do fortalecimento da industrialização¹¹.

Como enfatiza Castelo (2012), o *auge do desenvolvimentismo* ocorreu nos anos entre 1950 e 1960. E a principal característica do modelo se deu pelo aprofundamento da implementação do capital financeiro no Brasil. JK avança nos investimentos dos setores de bens de consumo duráveis com o suporte deixado pelo governo Vargas e especialmente, com a presença ativa das multinacionais. Sobre o processo conflituoso de transição entre o governo Vargas e JK, Castelo descreve o seguinte:

A transição econômica de uma fase para outra causou turbulência política, Vargas, então envolvido nacionalista/anti-imperialista, suicidou-se para evitar um golpe orquestrado por forças armadas reacionárias internas e externas. Logo depois, Juscelino Kubitschek, que operou a fusão de um novo bloco de poder no país – baseado no tripé burguesias internacionais, burguesia brasileira e Estado – foi ameaçado de não tomar posse por conta de um golpe orquestrado pelos mesmos setores que tentaram derrubar Getúlio. Jânio Quadros renunciou ao seu mandato e João Goulart, que procurou aprofundar um projeto nacional popular de reformas de base, foi deposto por um golpe civil militar que instaurou a autocracia burguesa e consolidou o capitalismo financeiro no país (CASTELO, 2012, p. 620).

Considera-se que essa análise crítica do discurso da política de desenvolvimento no contexto analisado, como tarefa fundamental para entender e contextualizar os processos objetivos de expansão de complexos de hidrelétricas no Brasil como parte da política energética e das propostas de desenvolvimento econômico que se gestam especialmente, do final da década de 1940 até os dias atuais.

O final da primeira metade do século XX é o contexto em que se ampliam os projetos de construção de Usinas Hidrelétrica no País. A construção de hidrelétrica envolve um emaranhado de demandas e consequências para as condições e relações de produção na sociedade brasileira: planejamento e gestão e execução de uma política energética, parcerias entre setor público e privado.

São processos que envolvem: decisões na esfera de poder; produção, distribuição e consumo de energia; impactos ambientais para populações ribeirinhas, deslocamentos populacionais, políticas compensatórias; definição de diretrizes políticas e interesses de classes em questão.

¹¹O desenvolvimento como conceito dentro da tradição evolucionista se refere à realização de uma sequência de etapas de mudanças econômicas definidas, experimentadas pelos países e nações que procedem em etapas pré-configuradas. Fundamenta-se na “[...] concepção de tempo histórico direcionado por um vetor: o progresso do capitalismo liberal burguês, sob intensiva influência eurocêntrica [...] um vetor, que tem etapas definidas, cujo horizonte seria a civilização liberal burguesa” (LEHR, 2016, p. 23). A agenda Desenvolvimentismo ganha centralidade na segunda metade do século XX, segundo Lehr (2016, p.21), particularmente desde o final da Segunda Guerra Mundial.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Dessa forma, apresentamos brevemente, traços históricos particulares da construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica/PE no sertão Pernambucano, por se tratar de acontecimentos determinantes nos processos de deslocamento e reagrupamentos do povo Pankararu como parte do grupo populacional atingido pela construção desses empreendimentos.

De acordo com os dados extraídos do Banco de Informações de Geração (BIG) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o número de Usinas hidrelétricas no Brasil (responsáveis pela produção de energia elétrica) com fonte de origem hídrica (de potencial hidráulico) é de 1.269, correspondendo à produção de 99.405.149 KW, o que representa 61, 148% da capacidade total instalada no país.

Na definição da legislação brasileira os empreendimentos de geração elétrica que utilizam a energia hidráulica como força motriz são diferenciados principalmente pela sua potência, dada em MW, subdivididas nas classes de Usina Hidrelétrica de Energia (UHE), Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Central Geradora Hidrelétrica (CGH). As UHEs são empreendimentos com capacidade instalada acima que 30MW (FRITZEN, 2016, sem paginação).

A usina do em estudo na nossa pesquisa chamava-se inicialmente, Usina Hidrelétrica de Itaparica (UHE Itaparica), instalada no Rio São Francisco. Depois passou a se chamar Luiz Gonzaga. A Usina está localizada no estado de Pernambuco, 25 km a jusante da cidade de Petrolândia/PE. Na Usina estão instaladas 6 unidades com potência unitária de 246.600 kW, totalizando 1.479.600 kW. De seis, o seu primeiro gerador entrou em operação em 1988 e o último em 1990 (Chesf, 2015).

A construção da usina de Itaparica teve início em 1979, foi concluída em 1985 e os dois primeiros geradores entraram em funcionamento em 1988. Em 1990 alcançou sua capacidade total com seis turbinas em operação que geram 1.500 MW¹² (MATOS; VILLEGAS, 2017, p. 3).

Importante destacar que diferentes etnias indígenas foram atingidas pela construção do Lago de Itaparica. O povo Tuxá, por ter sido o grupo étnico com maior número de indígenas diretamente atingidos (200 famílias) pela construção da barragem, entrando no processo de deslocamento compulsório como toda população diretamente atingida. É o único grupo indígena que aparece, em número, nos dados oficiais dos relatórios da Chesf.

No livro de SCOTT (2009, p. 63), “*Negociações e resistências persistentes*” existe uma afirmação factualmente contestável: “O único grupo indígena brasileiro diretamente

¹² A construção do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso compreende, além das usinas da cidade Baiana, Paulo Afonso, a Usina hidrelétrica Luiz Gonzaga, construída na divisa entre as cidades de Jatobá e Petrolândia/PE.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

atingido pela barragem de Itaparica foi o dos Tuxá [...] Acima do nível de inundação, mas também muito próximo   área, e com locais sagrados, os  ndios Pankararu também sentiram seus efeitos”. Entende-se essa situa o por meio dos próprios relatórios dos técnicos que realizaram o levantamento das famílias que foram removidas. Sobre esse problema, Araújo e S  (2000, p. 52) afirmam que havia uma tendência de um tratamento “homogeneizante das popula es afetadas”.

A própria realidade e a história de vida do povo Pankararu evidencia que famílias Pankararu foram atingidas diretamente pela constru o da barragem, pois existem neste ano de 2018 diversos indígenas Pankararu: a) moradores nos assentamentos involuntários do sistema, reassentados, (beneficiários do *Plano de Desocupa o da Chesf*, 1985); b) trabalhadores permanentes da Usina e aposentados Pankararu, atualmente moradores do Acampamento Chesf Itaparica e em aldeias; c) a existência de indígenas Pankararu moradores da nova cidade desde sua funda o (1988); d) a própria história de vida de uma dos autores deste texto, indígena Pankararu e a sua vivência da remo o na infância (1987) com mais 20 famílias Pankararu (viviam e trabalhavam na área desde 1977, quando as obras foram iniciadas) que ocupavam a mesma faixa ao norte da cidade na margem do São Francisco; e) a pesquisa de ARRUTI (1996); por fim, os conflitos gerados pela existência de Torres da Chesf com linhas de transmissão de energia elétrica dentro da Terra Indígena Pankararu.

Neste trabalho, partimos da premissa de que a constru o da Barragem e da Usina de Itaparica realizou impactos imediatos, atingindo diretamente, parte da popula o de moradores na cidade. Bem como, existem os impactos de médio e longo prazo, atuando na transforma o da vida de milhares de famílias indígenas e não indígenas nos últimos 30 anos.

A constru o das usinas hidrelétricas expressa uma das faces da presença do capital estrangeiro nos projetos de gera o de energia no país e no sertão nordestino. Trata-se de uma parceria entre poder público e iniciativa privada como a importante presença do capital estrangeiro por meio da gestão das agências nacionais.

Sara Granemann (2012), ao analisar as transforma es do capitalismo contemporâneo, afirma que ocorre uma instrumentaliza o do Estado na dire o de reproduzir as rela es capitalistas de produ o. Segundo a autora, o atual estágio de desenvolvimento capitalista caracteriza-se por diversas marcas, entre elas: a mercantiliza o, a monetariza o e a financeiriza o.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ocorre um acionamento do fundo público como recurso transformado em crédito através de políticas sociais, disponibilizado para instituições bancário-financeiras. Se trata de transferência de extraordinários montantes de fundo público aos capitais, além da importante abertura de mercado ao grande capital bancário nacional e estrangeiro e para participação, abertura de parcerias na área de serviços, incluindo desde infraestrutura – estradas, usinas hidrelétricas – até diferentes serviços urbanos (gás, água, luz, comunicação) (GRANEMANN, 2012, p. 49).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão indígena possui uma relação direta com a Questão Agrária brasileira e uma interlocução objetiva com a questão ambiental, por expressar as diversas faces da expropriação e apropriação desigual de terras, envolvendo a continuidade da exploração severa pelo capital de trabalhadores no campo brasileiro, bem como sua constante expulsão para o espaço urbano e para redes de assalariamento¹³.

Importante destacar nos últimos 30 anos ocorre muitas mudanças em termos normativos referentes à relação entre povos indígenas, Estado e sociedade brasileira. Mudanças legais, porém, não são capazes de reverter a histórica condição de abandono e violência vivida pelos povos indígenas no Brasil. No entanto, expressam o avanço das conquistas do movimento indígena e representam a disposição de um instrumento reivindicativo em favor dos povos originários¹⁴.

As determinações da questão indígena no Brasil fazem dela uma expressão concreta da questão social, por se constituir como uma expressão das desigualdades próprias avanço da exploração capitalista do campo.

¹³ Segundo Martins, o entendimento da questão indígena exige a apreensão da história da terra e do conjunto de relações sociais e políticas presentes na luta pela terra que envolve, por exemplo, a descaracterização da identidade tribal pelo avanço do capital no campo (MARTINS, 1991, p. 134-137).

¹⁴ De acordo com o CFESS Manifesta de 2012, a questão indígena também ganha maior visibilidade em termos de avanços normativos pela significativa atuação do movimento indígena que ganha força no período da redemocratização política do Brasil pós 1980. “As reivindicações indígenas foram contempladas em grande parte na Constituição Brasileira de 1988, concentradas no Capítulo VII, artigos 231 e 232. Legalmente, os/as índios/as são reconhecidos/as no seu modo de vida, quanto às suas formas de organização, costumes, línguas, crenças e tradições, e são assegurados os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles/as. Rompeu-se a perspectiva da integração desses povos à sociedade nacional” (CFESS, 2012, p. 2).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

O processo de investigação encontra-se na direção da defesa de um projeto ético-político de superação de toda forma de opressão e desigualdades. A apreensão dos determinantes e das formas de reprodução/continuidade das desigualdades inter-regionais e étnico-raciais possibilita a profissão de Serviço Social se posicionar de forma cada vez mais comprometida com a luta em favor da proteção dos direitos indígenas.

Consideramos escassa a produção de pesquisas sobre a questão indígena em serviço social, especialmente, numa perspectiva crítica, que possibilite desvendar a teia de determinações sociais, políticas e econômicas do capital que atuam na configuração das ações do Estado brasileiro e da política indigenista contemporânea. Este trabalho pretende contribuir com a ampliação desse debate.

5 REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Lia Corrêa de. [Et. Al]. **Sonhos submersos ou desenvolvimento?** Impactos sociais da Barragem de Itaparica. ANDRADE, Manuela Corrêa de. (Prefácio). Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. (Estudos e Pesquisas, 110).

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). **Atlas de energia elétrica do Brasil.** – Brasília: ANEEL, 2002. 153 p.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu.** Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1996.

ARRUTI, José Maurício A. A árvore Pankararu: Fluxos e metáforas da emergência étnica no Sertão do São Francisco. In.: PACHECO DE OLIVERIA, J. (Org.). **A viagem de volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: contra Capa. 1999.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiros. Revista **Serviço Social e Sociedade.** nº. 112. p. 613-636. São Paulo, out./dez. 2012.

CFESS Manifesta: **Dia da luta indígena**, 19 de abril de 2012. Conselho Federal de Serviço Social, CFESS. Gestão “Tempo de luta e resistência” (2011-2014).

CHESF. **Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.** Disponível em: <http://www.chesf.gov.br>. Acessado em: agosto de 2015.

CIME. **Conselho Indigenista Missionário.** Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/>>



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. – 4. Ed. – São Paulo: Global, 2008.

FUNAI. **Fundação Nacional do Índio**. Reportagem “CHESF: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco”. Publicada em 2004. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: setembro de 2015.

FRITZEN, Maycon. O território como recurso e a expansão da geração hidrelétrica de pequeno porte: agentes corporativos e círculos de cooperação. **IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens**: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó, Santa Catarina, set. 2016. Disponível em: <<http://ecsb.com.br/sites/default/files/artigos/st1artigos/6.%20Maycon%20Fritzen.pdf>>. Acessado em abril de 2018.

GRANEMANN, Sara. Estado e questão social em tempos de crise do capital. In.: GOMES V.L.B, VIEIRA A.C.E NASCIMENTO M.A.C. (Org.) **O Avesso dos Direitos**: Amazônia e Nordeste em Questão. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2012.

ISA. Instituto Socioambiental. **Terras indígenas**: ameaças, conflitos e polêmicas. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/>>. Acesso em: novembro de 2016.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEHR, Roberto. Neodesenvolvimentismo e pós-neoliberalismo como narrativas dominantes da crise capitalista. In.: MACÁRIO, Eptácio; VALE, Erlinda Sobral do.; RODRIGUES JÚNIOR, Natan. (Orgs.). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MATOS, Aureliano da Costa; VILLEGAS, Jaime Marin. **Reassentamentos involuntários: a experiência do IICA em Itaparica, no Nordeste do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/encuen/marin.pdf>>. Acessado em: 04 de agosto de 2017.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: editora Universitária da UFPE, 2009.